

DTM

MATRIZ DE MONITORAMENTO DE DESLOCAMENTO (DTM) NACIONAL SOBRE A POPULAÇÃO INDÍGENA DO FLUXO VENEZUELANO NO BRASIL



OIM 2023/Bruno MANCINELLE

RODADA 2023 | RESUMO EXECUTIVO



Esta atividade é
financiada pelo Escritório
de População, Refugiados
e Migração (PRM)



MINISTÉRIO DOS
POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO
E ASSISTÊNCIA SOCIAL,
FAMÍLIA E COMBATE À FOME



Organização Internacional para as Migrações (OIM)

GOVERNO BRASILEIRO

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (MDS)

Apoio técnico:

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)

Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI)



DTM

MATRIZ DE MONITORAMENTO DE
DESLOCAMENTO (DTM) NACIONAL SOBRE
A **POPULAÇÃO INDÍGENA DO FLUXO
VENEZUELANO NO BRASIL**

RODADA 2023

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

Brasília/DF, Brasil - Agosto de 2023

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As denominações utilizadas no presente material e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros da comunidade internacional para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e econômico por meio da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Esta publicação foi possível graças ao apoio do Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM) do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. As opiniões expressas aqui são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM e dos parceiros.

Publicado por:

SAUS Quadra 5 - Bloco N - Ed. OAB - 4º andar - Asa Sul

CEP: 70070-913 - Brasília-DF - Brasil

Tel.: +55 61 3771-3772

E-mail: iombrazil@iom.int

Website: <https://brazil.iom.int/pt-br>

Expediente técnico da publicação

Revisão de língua portuguesa: Fernanda Garcia

Projeto gráfico e diagramação: Hugo Pereira

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP Brasil)

Matriz de monitoramento de deslocamento (DTM)

nacional sobre a população indígena do fluxo migratório venezuelano no Brasil [livro eletrônico] : rodada 2023 / [autoras] Cinthia Barros, Jennifer Alvarez, Luciana Elena Vazquez.

-- 2. ed. --Brasília, DF : OIM - Organização Internacional para as Migrações, 2023.

PDF

ISBN 978-65-87187-23-5

1. Brasil - Migração 2. Migração - 2. Políticas públicas 3. Povos indígenas

23-165319

CDD-304.881

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Migrantes venezuelanos : Sociologia: Antropologia 304.881

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.

Este relatório foi publicado sem aprovação da Unidade de Publicações da OIM (PUB) em relação à adesão aos padrões de estilo e marca da OIM.

Este relatório foi publicado sem endosso da Unidade de Pesquisa da OIM (RES).

Foto da capa:

Legenda

© OIM 2023/Bruno MANCINELLE

ISBN nº 978-65-87187-23-5

© OIM 2023

Esta publicação não deve ser usada, publicada ou redistribuída para fins principalmente destinados ou direcionados para vantagem comercial ou compensação monetária, com exceção de fins educacionais, por exemplo, para inclusão em livros didáticos.

Expediente

GOVERNO BRASILEIRO

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS)

Wellington Dias, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome (MDS)

André Quintão Silva, Secretário Nacional de Assistência Social

Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor de Proteção Social Especial

Niusarete Margarida de Lima, Assessora para Assuntos de Imigrações

Mônica Alves Silva, Analista Técnica de Políticas Sociais

Bárbara Pereira dos Cravos, Analista Técnica de Políticas Sociais

Clara Clariana Ribeiro de Matos, Assistente Sênior de Proteção

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA (MDHC)

Silvio Almeida, Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania

Isadora Brandão, Secretária Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Alex André Vargem, Diretor de Promoção dos Direitos Humanos

Clarissa Teixeira Araujo do Carmo, Coordenadora-Geral de Promoção dos

Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas

Carlos Alberto Ricardo Júnior, Coordenador de Promoção dos Direitos das Pessoas Migrantes, Refugiadas e Apátridas

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA (MJSP)

Flávio Dino de Castro e Costa, Ministro da Justiça e Segurança Pública

Augusto de Arruda Botelho Neto, Secretário Nacional de Justiça

Tatyana Scheila Friedrich, Diretora do Departamento de Migrações

Paulo Illes, Coordenador-Geral de Política Migratória

Elis Regina A. Soares, Assessora Técnica

MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS (MPI)

Sonia Guajajara, Ministra dos Povos Indígenas

Juma Xipaia, Secretária de Articulação e Promoção de Direitos Indígenas

Francisco Carneiro de Filippo, Assessor Internacional

Nayra Paye Kaxuyana Inglez de Sousa, Assessora Técnica

Eliel Benites, Diretor do Departamento de Línguas e Memórias Indígenas

Altaci Corrêa Rubim, Coordenadora Geral de Articulação de Políticas Educacionais Indígenas

FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS (FUNAI)

Joenia Wapichana, Presidenta da FUNAI

Lúcia Alberta de Andrade, Diretora de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável

André R. F. Ramos, Coordenador de Processos Educativos

Luiz Carlos Lages, Indigenista Especializado

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM)

Stéphane Rostiaux, Chefe de Missão

Cinthia Barros, Coordenadora de Gestão de Informação

Jennifer Alvarez, Assistente de Projeto

Luciana Elena Vazquez, Consultora

EQUIPES DE CAMPO QUE ATUARAM NA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Boa Vista (RR):

Secretaria Estadual de Assistência Social: Adriana Beckman de Almeida, Alzemira Coelho Cabral, Dania Cunha, Eli Pinheiro dos Santos Bahia e Elinara Erley Ferreira Franco.
Secretaria Estadual de Assistência Social: Gabriel Fortes Normanton, Loise Pacheco Silva, Rose Souza e Silva, Marinaldo Trajano Justino e Adriana Farias.

Pacaraima (RR):

Secretaria Municipal de Assistência Social: Riverlane Rodrigues Araújo, Maria Alfrancilange Bomfim, Roseli Almeida Paiva, Maria Alfrancilange Bomfim e Antônia Ferreira de Sousa.
Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: Ana Paula Pedrosa dos Santos, Darlane Santos Alves, Mariangel Del Carmen Pulido Carvajal e Rita.

Cantá (RR)

Sociedade Civil: Elinara Erley Ferreira Franco.
Governo Estadual: Gabriel Fortes Normanton e Rose Souza e Silva.

Manaus (AM)

Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania: Janete Costa Barroso Oliveira, Simony Onofre de Costa, Joaquina Sales da Silva, Adalgisa Aparecida Alves de Lima, Maria das Graças Clementino da Silva, Clícia Simone Chaves Lima, Jane Mara, Virginia Roberta Schoenster, Marcio Rojânio da Ponte Sales e Marcos Vieira da Silva

Ananindeua (PA)

Secretaria Municipal de Cidadania, Assistência Social e Trabalho: Elem Cristina Dantas Caxias, Francelly Negrão Farias, Jessica da Silva de Sousa, Maria Cristina e Marisa Elenice Silva Lima.
CRAS Distrito Industrial: Rodolfo Benício e Francinalva Maria de Oliveira Moura.
CRAS Curuçambá: Roseni Diniz e Neuza Maria Lobato Batista Bandeira.

Itaituba (PA)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Jesielita Roma Gouveia.

Parauapebas (PA)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Brenna Alves Gomes, Loidiane Teles da Silva, Mariele Messias de Souza Macedo, Ramon José Pinheiro Souza, Cristianne de Area Leão Meneses, José Luiz de Castro da Cruz e Yuri Pereira Nunes.

Santarém (PA)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Adriane Melo do Carmo, Albany de Brito Pinto Lopes, Ana, Clarice Régis Corrêa, Marcelo Gabriel Silva Rojas, Mariele Araújo e Mariza Keila Moya Moya.
Acolhimento Institucional para adultos e famílias/Refugiados e Migrantes: Glaucya da Silva Mello Fiori, Jamille Pereira Damasceno, Alayne Flávia Viana de Oliveira Alves e Adriany Oliveira de Arruda.

Porto Velho (RO)

Cáritas Brasileira: Alif Melo de Souza, Carlota Borges de Rivero, Carmen Sonz, Cleusely Pereira Trochmann, Diana Lopes da Silva, Mirla Cristina dos Santos Silva, Oscar Aníbal Najarro Morales, Adriana Barbosa da Silva e Ramon.
CREAS - Serviço Especializado de Abordagem Social: Giovany dos Santos Lima, Maria do Socorro, Clara Emile Franzolini dos Santos, Ana Caroline G. Alves, Joice de Melo Batista, Lais Souza e Lua Clara Melo Fernandes.

Palmas (TO)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Marisol Perez, Yamileth Coromoto Bance Bance, Yan Carlos Ratita Jimenez, Yanoggelis Ribeiro Pirez, Alnis José Medina Rivas, Andy Jimenez Baez, Aracelys del Vale Baez Zapata, Florentino Pacheco Zapata, Franny Jesus Calderon Garcia, José Antônio Perez, Patrícia Rodrigues do Amaral, Katiuscia e Valdeir Ferreira dos Santos.
FUNAI CR Palmas: Maria das Graças Medici da Costa

Araguaína (TO)

Secretária da Assistência Social, Trabalho e Habitação: Carla Silvana Pereira de Araújo, Jussandro Rodrigues Nunes Lopes, José da Guia, Suzana Salazar de Freitas Moraes e Rhaíssa da Rosa Machado Cruz.
Seminário Discurso, Cultura e Mídia (SEDISC): Maria Djane Luz Viana dos Santos.

Açailândia (MA)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Alessandra Gomes Soares, Camila Dias Coelho Sousa e Sílvia Rosana Ferreira Mendes.

Imperatriz (MA)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Greyci Reviver Evilin, Jonatas Alves dos Santos, Kelle Dias Carvalho Cardodo, Cleia Marinho e Greyci Evelyn.
Abrigo Reviver: Antonieta Santana Carvalho, Wanderson Silva Santos, Claudia Miranda de Jesus Lima e Janaína Lima Araújo Ramos.

São Luiz (MA)

Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social: Letícia de Araújo Fonseca, Rosângela Costa Alves, Samia Patrícia Pinheiro Bertoldo, Ana Carla Figueiredo Furtado, Vanessa Nathalia Amorim da Silva, Antonio Carlos da Silva Sousa, Inaldo Santos Nunes, Patrícia Andrea Giroto Rodrigues, Ascensão de Maria Matos Rocha Muniz Mendes, Oni Fadaka e Rita De Cássia Ribeiro Fontenelle.

Natal (RN)

Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS): Amanda de Lima Souza, Milaida martiz Garcia, Monalisa Ferreira Rego, Vânia Castro, Clarissa Noronha Melo Tavares, Auriceia Xavier, Sauro Spinelly, Ana Paula Mafra, Matheus Santos Duarte, Samara Gomes da Costa Jácome, Diana Brito de Andrade, Sayonara Oliveira Freitas, Lillian Argolo, Stenio Stephanio Santos de Oliveira, Maria Luiza e Souza de Andrade Mendonça, Waleska Maria Lopes Farias

João Pessoa (PB)

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH): Arlinda da Costa Soares Silva, Claudia Costa, Claudia Conceição Macedo, Claudia Costa, Eduardo Tadeu Brunello, Eveny de Araujo Limeira, Hedilei Silva dos Santos, José Carlos dos Santos Lima, Joseph Rafael Canache Castillo, Maria Luiza Santos do Nascimento, Monica Laura Caroli Ervolino, Natália dos Santos Alves, Raquel Ferreira dos Santos Oliveira, Renata Rayanne da Silva, Renildo Lúcio de Moraes, Tiago Junior Ramos Pereira e Zawadi Delfino da Silva.

Recife (PE)

Secretaria de Desenvolvimento Social Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas: Andréza Patrícia Silva dos Santos, Bruna Soares Farias, Keilah de Araújo Souo, Rosângela Aires Fontes e Andrea Pedrosa.

Maceió (AL)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Eunice Novaes Regis de Moura Barros.
Sociedade Civil: Sandreana de Melo Silva.

Feira de Santana (BA)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Custodio James, Moreno Rattia Peras e Sandra de Jesus Tavares.

Aparecida de Goiânia (GO)

Sociedade Civil: Dariana Paola Ferreira Vaca e Roberto Portela.

Anápolis (GO)

Organização da Sociedade Civil: Rosimeire.

Goiânia (GO)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Roberto Portela, Valda Batista de Melo Alves, Joelene Ferreira de Moraes, Jordana Araujo e Gleison Guilhermino de Souza.
Sociedade Civil: Maria Salete Sarah, Mello Alves e Emmilly de Mello Alves.

São Sebastião (DF)

Cáritas Arquidiocesana de Brasília: Paulo Henrique de Morais, Elizangela e Simone.

Ribeirão Preto (SP)

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade de São Paulo (USP): Ana Clara Fernandes de Souza, Luan Victor de Souza Bispo e João Antunes Neto.
Secretaria Municipal de Assistência Social: Renata Corrêa, Kelara Yaisa da Costa e Larissa Soares de Melo.
Secretaria Municipal de Justiça: Gustavo Furlan Bueno.

Belo Horizonte (MG)

Organização da Sociedade Civil: Fabiana dos Santos Paes, Isabel Campos e Yolis Lyon.
Secretaria Municipal de Assistência Social: Makota Kisandembu, Jane Gorete Porto, Anete Rodrigues dos Anjos, Valéria Jane de Almeida Dutra, José Crus, Jackson Pires, Luciana Aparecida Teixeira, Josafá Leite de Oliveira e Larissa Junho Lima França.

Vitória (ES)

Secretaria Municipal de Assistência Social: Raphael Pazini Vieira e Carla Scardua Shalders.

Porto Alegre (RS)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Mario Fuentes Barba.

OIM, Agência da ONU para as Migrações

Pacaraima (RR): Lisbeth Sucre e Priscila Leite.
Boa Vista (RR): Dilcellys Carolina Tochon Ramirez, Josafá Mandulao, Micheline Cunegundes e Maria Oliveira Ramos.
Cantá (RR): Dilcellys Carolina Tochon Ramirez.
Manaus (AM): Diego Sales, Dina Luz, Jaqueline Almeida, José Ramos, Lina, Ana Maria Lima de Carvalho.
Iranduba (AM): Lucas Barbosa.
Porto Alegre (RS): Beruska Chinchilla e Iurqui Pinheiro.



OIM 2023/ Manuel ESTRELA

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa foi realizada pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), com o apoio financeiro do Escritório para Populações, Refugiados e Migrações do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (PRM) e pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), no bojo do Acordo de Cooperação Técnica nº1/2021, estabelecido entre as partes. Também contou com a leitura atenta do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e da Fundação Nacional para os Povos Indígenas (Funai).

Entre as instituições que igualmente contribuíram para a realização deste trabalho, destacamos e agradecemos a todas as equipes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em nível municipal, estadual e do Distrito Federal.

Agradecemos especialmente aos indígenas dos povos Akawaio, Arekuna, Chaima, Eñepa, Jivi, Ka'riña, Kamarakoto, Macuxi, Pemón, Taurepang, Warao, Wayuu e Ye'kwana, bem como aos criollos (palavra utilizada pelas pessoas indígenas venezuelanas para se referir aos não-indígenas) que fazem parte do convívio comunitário desses povos, que participaram voluntariamente das entrevistas e forneceram informações, sem as quais a presente pesquisa não teria sido possível.

Agradecemos a colaboração do Instituto de Pesquisa Econômica e Social da Irlanda (em inglês Economic and Social Research Institute - ESRI), para elaborar o levantamento de dados relacionados à migração climática e ambiental dos povos indígenas mapeados neste estudo.

Em especial, no estado de Roraima, agradecemos o apoio da Operação Acolhida do governo brasileiro, relevante para o acesso aos espaços de Abrigamentos federais e para a coleta de dados.

Esta publicação foi elaborada com o intuito de trazer à tona dados e evidências que propiciem melhorias efetivas nas políticas públicas voltadas a esses povos, e sua metodologia teve como princípio-guia a garantia do protagonismo dos próprios indígenas nos processos que impactam suas vidas.

Brasília, agosto de 2023



OIM 2023/ Bruno MANCINELLE OIM

SUMÁRIO

Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil.....	13
Perfil populacional.....	14
Mobilidade.....	19
Documentação e regularização migratória.....	21
Mobilidade na Venezuela por questões climáticas e ambientais.....	22
Acesso a direitos e políticas públicas	23
a. Tipos de moradia e acesso a serviços básicos.....	23
b. Assistência Social	24
c. Inclusão socioeconômica.....	25
d. Cultura e Idiomas.....	28
e. Educação	29
f. Saúde.....	32



OIM 2023/Gema CORTES

RESUMO EXECUTIVO

Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil

Rodada 2023

Este relatório traz dados populacionais por região e informações gerais coletados na segunda aplicação da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil, realizada no segundo semestre de 2022, em 28 cidades em 17 estados, cobrindo as cinco regiões brasileiras. Esta publicação faz parte dos esforços do governo brasileiro e da OIM, Agência da ONU para as Migrações, em produzir dados e evidências que sirvam de norte para a elaboração de políticas públicas, o monitoramento desse fluxo particular e a melhor compreensão das peculiaridades do perfil dessa população.

A presente pesquisa é exploratória, realizada por meio de uma amostra não representativa, em que todas as pessoas indígenas migrantes e refugiadas dos municípios selecionados foram identificadas.

O estudo focou na população indígena do fluxo venezuelano no Brasil, com o objetivo geral de aprofundar os conhecimentos levantados na primeira edição da pesquisa, sobre as características gerais das diversas etnias indígenas mapeadas e de subsidiar as políticas públicas para essa população em todo o país. Este relatório oferece informações-chave sobre as características da migração, o perfil sociodemográfico e as necessidades prioritárias da população – fatores que influenciam a situação de vulnerabilidade e dificuldades no acesso aos serviços públicos. Dessa forma, fornece subsídios para a construção de respostas culturalmente sensíveis e soluções duradouras, com base em uma análise sobre os dados e a cultura desses povos. No relatório, as análises dessas informações foram organizadas em diferentes capítulos temáticos, sistematizadas por região e, a partir delas, foram construídas considerações finais em nível nacional.

Os municípios pesquisados foram selecionados com base em dados obtidos por meio do Cadastro Único e junto às secretarias municipais e estaduais da Assistência Social, bem como a partir de informações da OIM e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) sobre a presença dessa população em diferentes territórios.

Além disso, como mostram os dados da primeira (2021) e da segunda edição (2023) desta pesquisa, o fluxo de migração indígena venezuelano pode se caracterizar como multifatorial e formado por diferentes trânsitos (internacional, retorno, pendular e interno no Brasil). Entre as diversas motivações para a migração em direção ao Brasil, identificam-se variáveis relacionadas a fatores socioeconômicos, acesso a direitos básicos, busca por território, reunião familiar, garantias alimentares, entre outras. Dentre os diferentes trânsitos identificados, destaca-se o a migração pendular e de retorno para a Venezuela, evidenciando a manutenção de certos vínculos socioculturais entre as etnias mapeadas no Brasil e as comunidades de origem. Foi identificada a mobilidade de retorno com o objetivo de levar comida, medicamentos e roupas para familiares na Venezuela, e pendular com o objetivo de buscar artesanato e matéria prima para este fim.

Perfil populacional

Aqui são apresentadas informações gerais sobre a população indígena do fluxo migratório venezuelano no Brasil mapeada na pesquisa. O desenho da pesquisa nos permite agregar as informações em três níveis: pessoas, famílias e comunidades ou grupos indígenas – este último compreendido como um conjunto de pessoas e famílias que se unem por vínculos familiares e sociais formados ao longo dos anos e que geralmente se vinculam a uma mesma liderança comunitária.

A pesquisa compreendeu o universo de 3.725 pessoas, distribuídas em 908 famílias e 65 comunidades indígenas, das quais 53 são compostas por uma única etnia e 12 são multiétnicas. Foram mapeadas 13 etnias, o dobro que em 2021 (7 etnias): Akawaio, Arekuna, Chaima, Eñepa, Jivi, Ka'riña, Kamarakoto, Macuxi, Pemón, Taurepang, Warao, Wayuu e Ye'kwana além dos grupos raciais crioulo (não indígena) e mestiço (descendente de indígena e não indígena). Estes dados foram sistematizados a partir da autodeterminação de cada etnia, coletada em ambos os questionários e nos três níveis (pessoas, famílias, comunidades).

TABELA 1. Comunidades, famílias e pessoas mapeadas por etnia. (n)

Agrupamento	Akawaio	Arekuna	Chaima	Eñepa	Jivi	Ka'riña	Kamarakoto	Macuxi	Pemón	Taurepang	Warao	Wayuu	Ye'kwana	Comunidades pluriétnicas	Mestiço*	Criollo**	Não quero declarar***	Total Geral
Pessoas	1	29	2	71	3	31	31	6	19	703	2633	9	13	-	69	95	10	3725
Famílias	1	8	1	16	1	6	8	3	6	170	656	2	5	-	11	12	2	908
Comunidades	0	5	0	2	0	3	3	1	5	6	51	0	1	12	1	2	0	65****

Fonte: DTM Nacional – Pessoas, novembro de 2022.

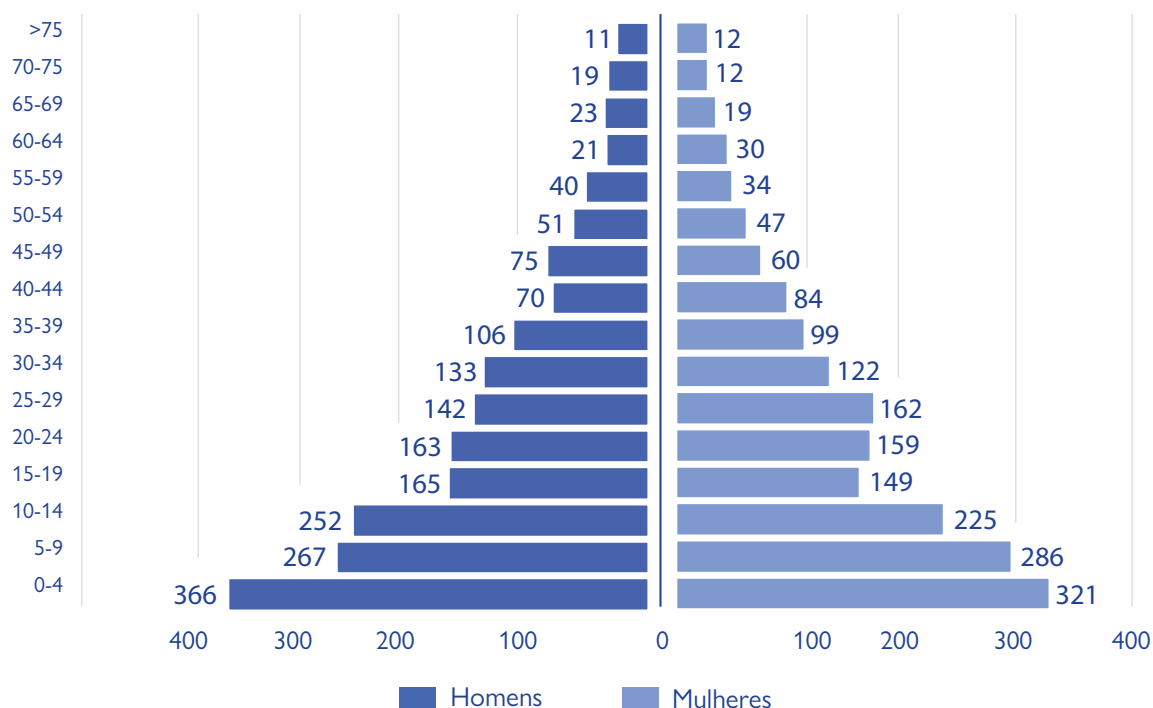
* Mestiço: palavra usada pelos indígenas do fluxo venezuelano no Brasil para se referir ao descendente de indígena e não indígena.

** Criollo: palavra usada pelos indígenas do fluxo venezuelano no Brasil para se referir à pessoa não-indígena.

*** Não quero declarar: resposta espontânea.

**** A contagem do total de comunidades contabiliza as comunidades pluriétnicas e aquelas formadas por uma única etnia (Warao e Eñepa).

A diferença na proporção entre pessoas do sexo masculino (51%) e feminino (49%) é pequena nesta pesquisa, assim como na edição anterior (52% de homens e 48% de mulheres). Na pirâmide etária exibida no gráfico a seguir, entre as pessoas mapeadas, a população adulta em idade produtiva (20 a 59 anos) corresponde a 41%, enquanto 36% estão na faixa entre 5 e 19 anos, e 18% entre 0 a 4 anos.

GRÁFICO 1. Idade da população mapeada por sexo (n)

Fonte: DTM Nacional – Pessoas, novembro de 2022.

Em relação ao total das pessoas mapeadas, a etnia Warao (71%) é a mais numerosa entre as pessoas no levantamento, assim como na pesquisa realizada em 2021. Essa também é a etnia que mais se desloca no território nacional. A segunda etnia mais populosa é a Taurepang, com 19%, seguida da Eñepa, com 2%. Também participaram pessoas que se declararam como Macuxi e Wayuu, correspondendo a menos de 0,5% do total. Além disso, 2% das pessoas declararam-se não indígenas ou mestiças, uma queda de 50% em relação às autodeclarações da DTM 2021.

Considerando o perfil das pessoas mapeadas pela pesquisa, 87% nasceram na Venezuela e 13% no Brasil, além de três pessoas nascidas na Guiana. De acordo com as informações declaradas pelos chefes de família, **entre os nascidos no Brasil, 88% tinham até cinco anos.**

Em relação à pergunta sobre orientação sexual e identidade de gênero, apenas 0,4% dos respondentes (15 pessoas) se identificaram como pessoas LGBTQIA+. Destas, 69% são jovens (até 30 anos), e os outros 31% têm até 41 anos.

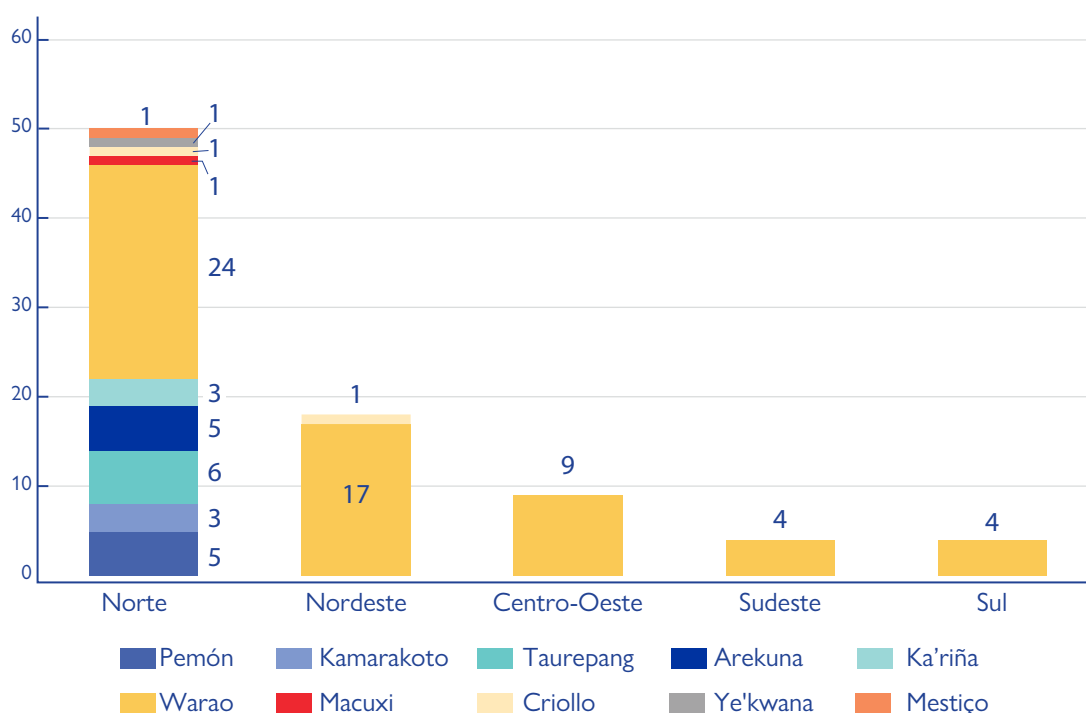
Sobre as etnias das comunidades, 89% são da etnia Warao, seguida da presença da etnia Taurepang (9%). No que diz respeito à distribuição regional das etnias, observa-se em Roraima a maior diversidade de etnias identificadas na pesquisa.

Foi observado um total de 53 comunidades compostas apenas por uma etnia, sendo 51 da etnia Warao e duas da etnia Eñepa, representando 78% e 3%, respectivamente, do total de comunidades alcançadas pela pesquisa. Assim, apenas em 19% dos casos, a liderança apontou que sua comunidade contava com pessoas de mais de uma etnia. Dessas, foram observadas uma comunidade composta por três etnias diferentes, duas compostas por quatro etnias e uma formada por seis etnias, sendo o restante composto por duas etnias.

Todos esses grupos multiétnicos encontravam-se, no momento da pesquisa, vivendo em Roraima, com exceção de uma comunidade, que se encontrava no Maranhão. As comunidades multiétnicas mais frequentes são Pemón-Taurepang (4 casos) e Arekuna-Taurepang (4 casos). As comunidades multiétnicas formadas pela etnia Warao são Warao-Ka'riña (3 casos), Warao-Pemón (2 casos) e Warao-Arekuna-Taurepang-Macuxi (1 caso).

As comunidades com etnia Warao encontram-se principalmente no Norte (37%), no Nordeste (26%) e no Centro Oeste (14%). As comunidades das demais etnias estão unicamente em Roraima, na Região Norte.

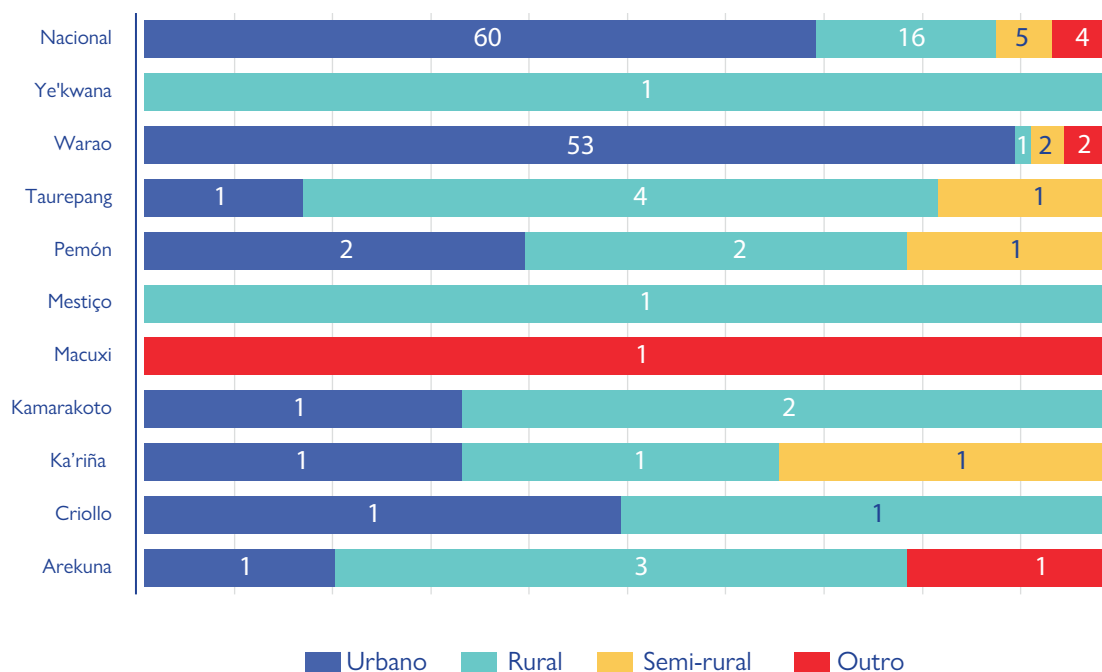
GRÁFICO 2. Etnias das comunidades por região (n)



Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

As comunidades encontram-se principalmente em meio urbano (89%), e, em menor medida, em área rural (8%) e semirural (3%). Apenas duas comunidades se encontram em meio semirural, sendo uma comunidade Warao no Centro-Oeste e uma multiétnica no Norte, composta pelas etnias Warao-Ka'riña-Pemón-Taurepang. Todas as comunidades no Nordeste, Sudeste e Sul encontravam-se em meio urbano. Na região Norte, 79% das comunidades encontram-se em área urbana e 17% em meio rural.

É possível observar que, entre as comunidades que moram em meio urbano, a maior parte das pessoas são da etnia Warao. As demais etnias têm expressão quantitativa menor, porém destaca-se que comunidades das etnias Arekuna e Taurepang habitam maioritariamente na área rural. Por sua vez, a única comunidade formada por pessoas Ye'kwana e a única formada por mestiços declararam habitar no meio rural.

GRÁFICO 3. Tipo de área onde as comunidades habitam, por etnia (n)*

Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

* Para melhor visualização, o gráfico não mostra os dois únicos casos de comunidades em meio semirural.

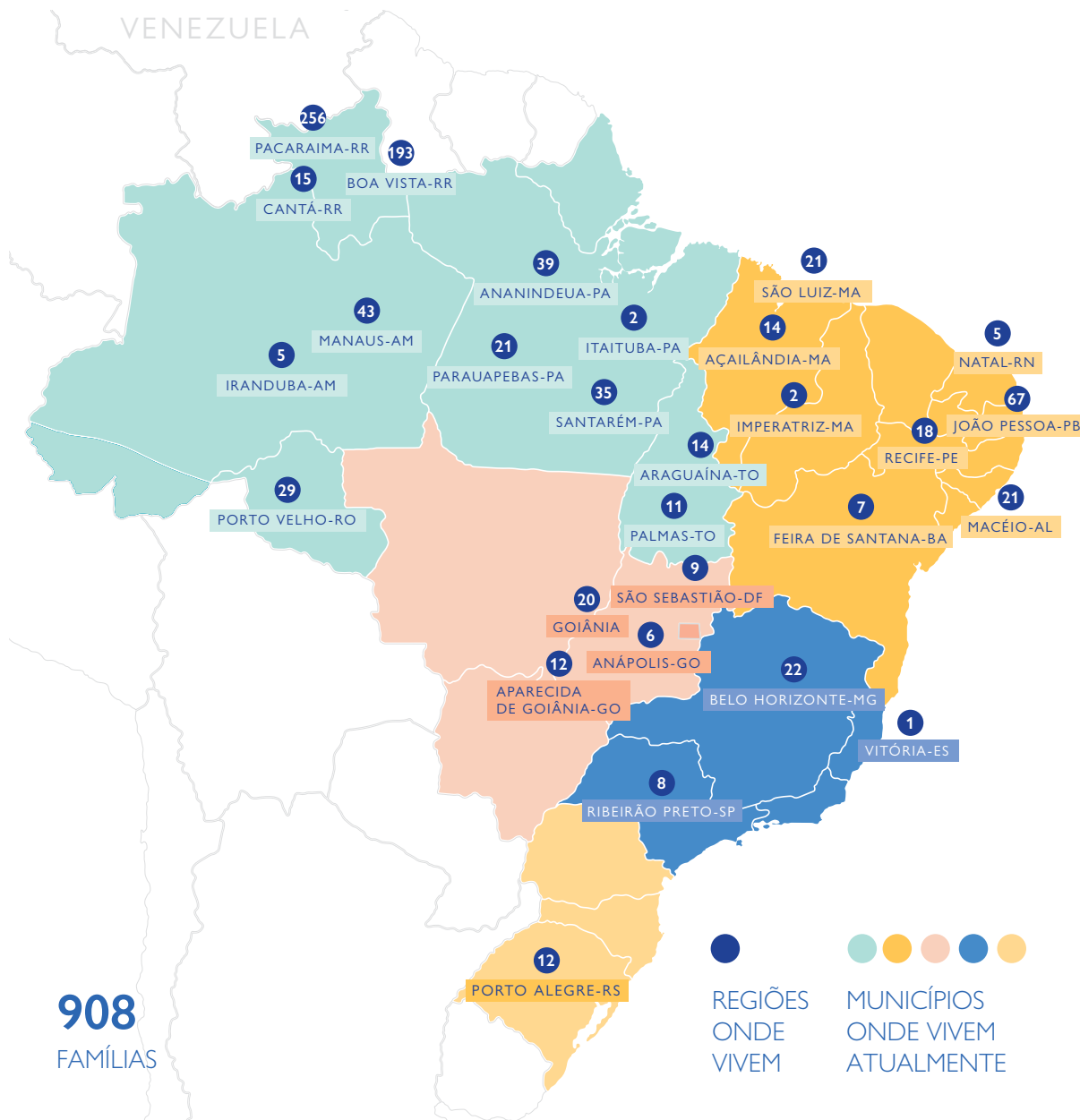
** Para simplificar a visualização, as variáveis da etnia Wayuu e outras foram retiradas, pois foi considerada uma única etnia por comunidade para a elaboração deste gráfico.

*** A soma da contagem é maior que o total da amostra das comunidades, pois algumas comunidades são compostas por mais de uma etnia.

Em relação à sua distribuição territorial, 53% das comunidades encontram-se na região Norte do país, majoritariamente em Roraima (que corresponde a 74% da região Norte) e no Pará (15% da região Norte), e 28%, na região Nordeste, especialmente na Paraíba (correspondente a 50% do Nordeste) e em Pernambuco (19% do Nordeste).

A média nacional é de 13 famílias por comunidade, sendo que a média na Região Norte é a mais elevada do país (19 famílias por comunidade). Já as demais regiões têm uma média de famílias por comunidade abaixo da nacional: Centro-Oeste com nove famílias por comunidade, Nordeste e Sul com oito, e Sudeste com sete. Os dados apresentam uma mudança em relação à edição anterior, na qual o Norte contava com a maior média de famílias (25), e o Nordeste, com a menor (4).

MAPA 2. Presença de famílias por região do Brasil (n)



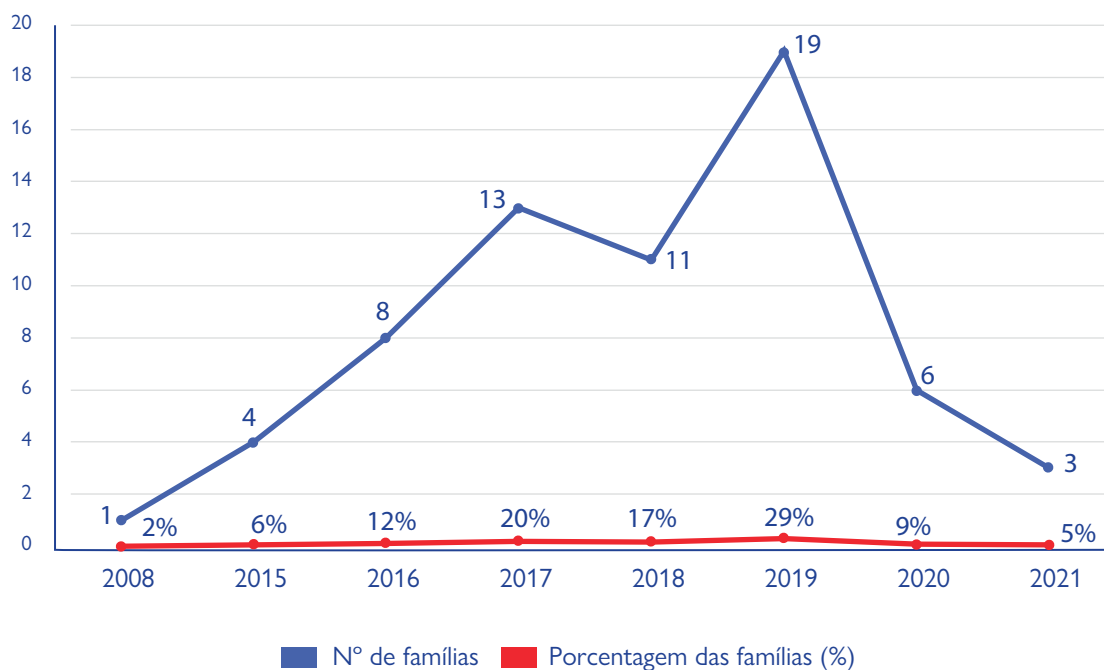
Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

Esta pesquisa identificou um total de 908 famílias. Em relação ao tamanho dos arranjos familiares, a pesquisa mostra que as famílias entrevistadas têm em média quatro membros. Porém, observou-se grande variação no tamanho das famílias, contendo entre um a 16 membros. Em relação à chefia das famílias, 55% são compostas por mulheres e 45% por homens, o que indica uma mudança significativa em relação à edição anterior, na qual 62% dos chefes de família eram homens e 38% mulheres.

Mobilidade

A maioria das comunidades chegaram entre 2017 e 2019. Em 2019, houve um pico de entrada no país, seguido por uma queda entre 2020 e 2021 — o que ocorreu não só com as populações indígenas, mas com a totalidade do fluxo venezuelano, devido às restrições da pandemia de COVID-19.

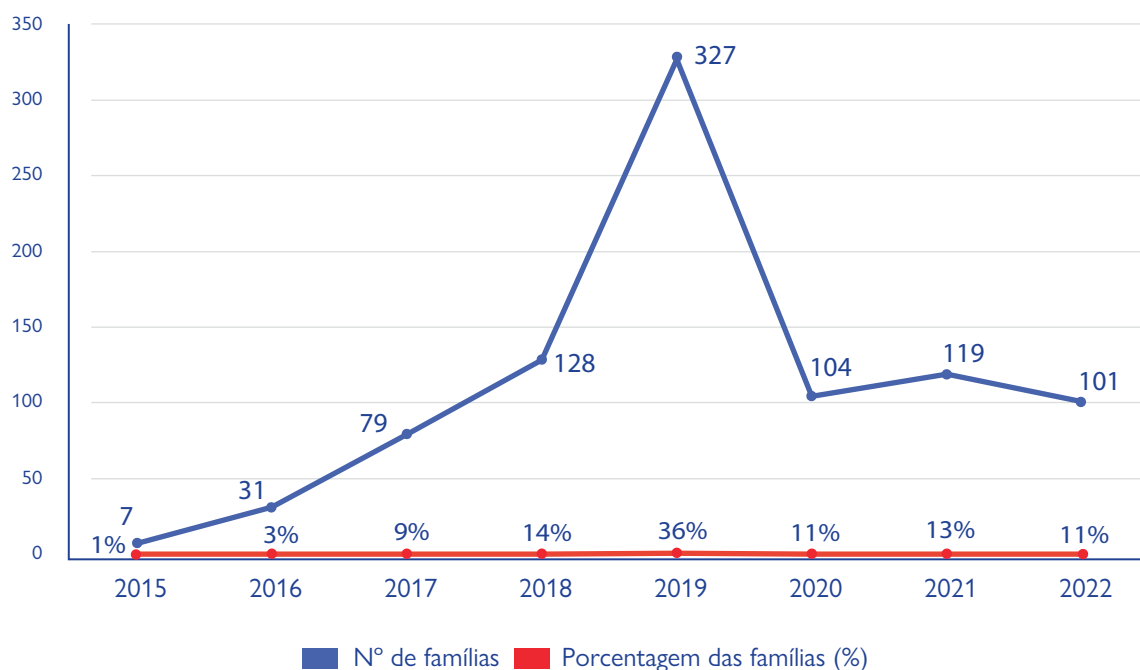
GRÁFICO 4. Ano de chegada das comunidades no Brasil (n) (%)



Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

*Para melhor visualização, o gráfico não mostra o único caso de chegada em 2008; o mesmo se aplica ao ano de 2022, dado que nenhuma das comunidades entrevistadas chegou nesse ano.

Por outro lado, uma tendência similar pôde ser observada na chegada de famílias ao longo dos anos. Os dados indicam que 67% das famílias entrevistadas chegaram entre 2017 e 2019. Além disso, singularmente, houve 12 registros de chegadas de famílias anteriores a 2015 que remontam aos anos de 1959, 1979, 1982, 2000, 2003, 2011, 2012, 2013 e 2014.

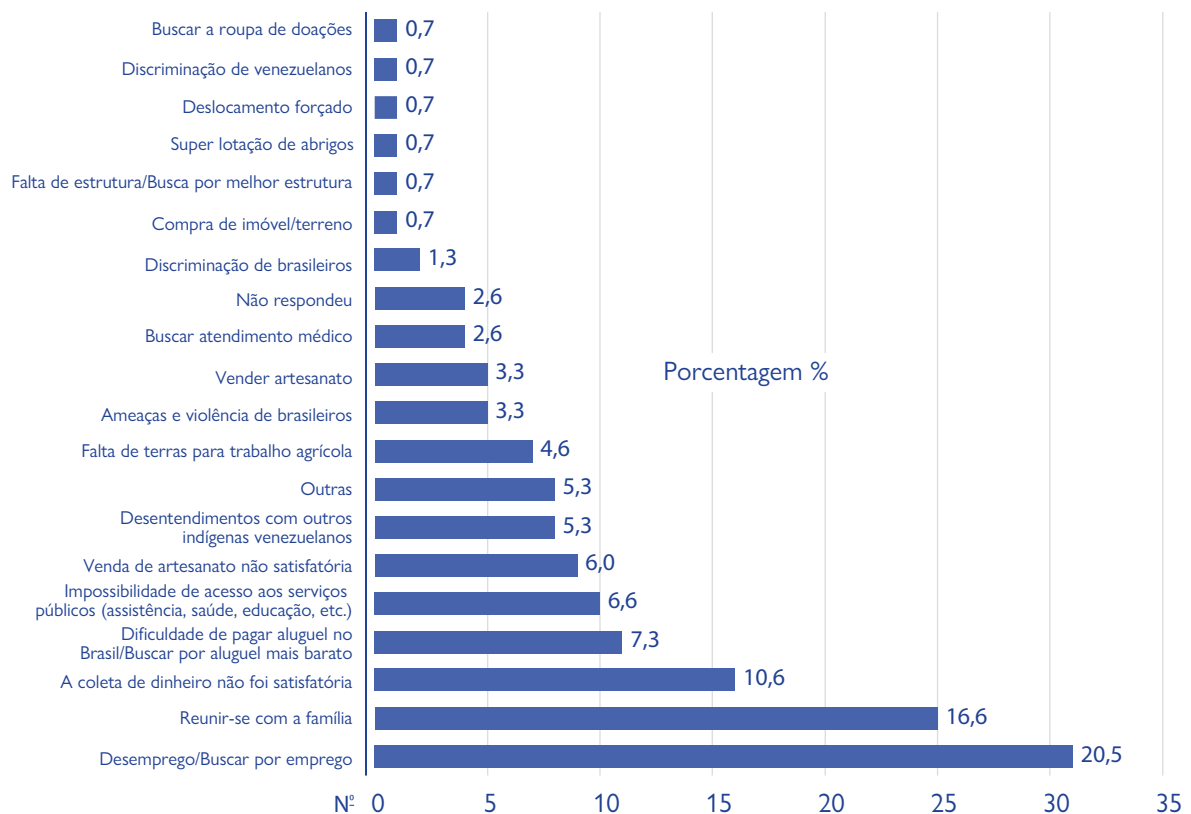
GRÁFICO 5. Ano de chegada das famílias no Brasil (n) (%)

Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

*Para melhor visualização, o gráfico não mostra os 12 casos de chegada de 1 família por ano em 1959, 1979, 1982, 2000, 2003, 2011, 2012, 2013 e 2014.

A maioria das comunidades indicou que saiu da Venezuela para procurar emprego (25%), motivo seguido pela busca de atendimento médico (18%) e a reunião familiar (18%). Por fim, a venda de artesanato e a ausência de terra também foram citadas, com 9% e 8%, respectivamente.

Ao serem questionadas sobre a escolha do Brasil como destino, as comunidades indicaram, entre as principais razões, o atendimento médico (13%), a busca por emprego (12%), a segurança alimentar e a busca por melhores condições de moradia (ambas com 10%). Ainda foram citadas a proximidade com a fronteira (9%), a facilidade de chegada (8%), a reunião familiar e a venda de artesanato (ambos com 7%), além da procura por melhores condições de educação para crianças e jovens (6%).

GRÁFICO 6. Motivos da migração interna, no Brasil (n) (%)

Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

Quanto aos motivos para a migração interna das comunidades, entre as cidades brasileiras, os principais são a busca por emprego (27%), a reunião familiar (17%) e a coleta¹ insatisfatória (11%).

A maior parte das famílias chegou na cidade onde estava no momento da entrevista a partir de 2019, principalmente em 2021 (25%) e 2022 (23%).

Documentação e regularização migratória

O porte de documento venezuelano foi declarado por 59% das pessoas, enquanto 18% declararam ter perdido todos os documentos ou tê-los na Venezuela. Por outro lado, **97% das pessoas encontram-se em situação regular no Brasil**, como solicitante de refúgio (42%), residente por prazo determinado ou indeterminado (32%), brasileiros natos ou naturalizados (13%) e refugiados reconhecidos pelo Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE (10%).

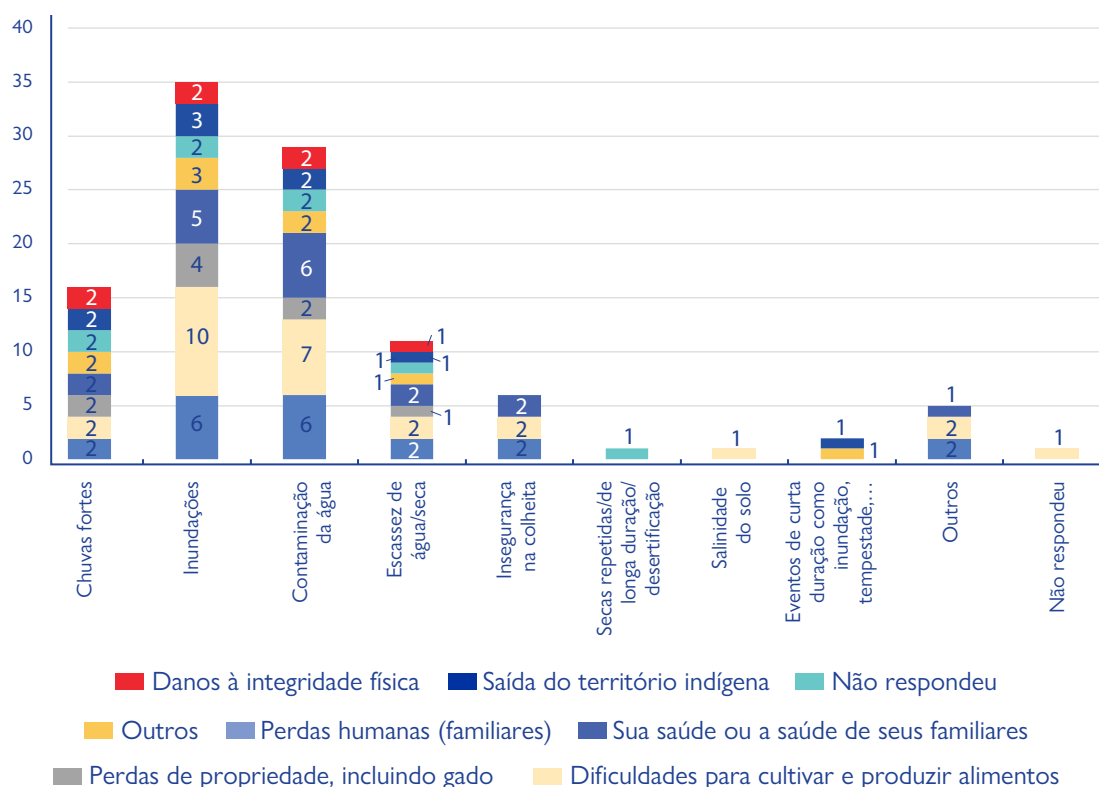
¹ Coleta de dinheiro nas ruas é uma prática da etnia Warao, na qual “as mulheres Warao consideram que o ‘pedir real’ implica em cultivar e colher um recurso que não possuem. Além disso, existe toda uma logística para a coleta de dinheiro em suas ‘correrias’ que implica como e quando fazer as viagens, uma organização familiar interna, a programação do itinerário e uma distribuição das tarefas entre os parentes” (tradução nossa). Hortensia Caballero Arias. La Mujer Warao: De recolectora del tana a recolectora urbana. (2008). Cecilia Ayala LaféeWilbert y Werner Wilbert. Caracas: ICAS, Fundación La Salle de Ciencias Naturales. Antropológica, tomo LII n° 110, 2008, p. 149-152.

Em relação a outros tipos de documentos, quase a totalidade das pessoas possuem Cadastro de Pessoa Física - CPF (96%), Cartão SUS (95%) e Cartão de vacinação (92%). Ainda, aparecem o registro de nascimento (18%), o registro de nascido vivo e a Carteira de Trabalho e Previdência - CTPS (ambos com 15%).

Mobilidade na Venezuela por questões climáticas e ambientais

Das comunidades entrevistadas, 32% afirmaram haver motivos climáticos ou ambientais que motivaram a saída do seu território de origem na Venezuela. A maioria informou a ocorrência de inundações (35%), contaminação da água (19%) e chuvas fortes (14%). Sobre a intensidade dos eventos climáticos e ambientais, a maior parte foi apontada como intensa (24%) ou de muita intensidade (43%). As principais consequências foram a dificuldade de cultivar (42%), o falecimento de familiares (23%), impactos na própria saúde ou da família (19%) e a perda de propriedade (7%).

GRÁFICO 7. Consequências dos eventos climáticos e ambientais para as comunidades, na Venezuela (n)*



Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

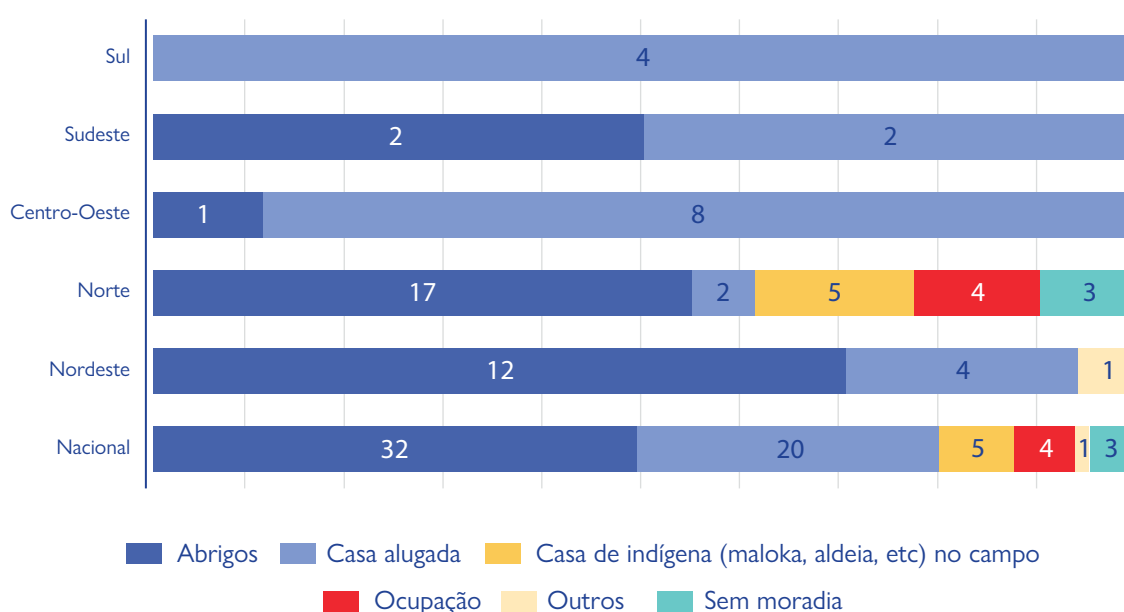
*Para melhor visualização, foram retirados 2 casos que responderam “outros” e 1 caso que não respondeu.

Acesso a direitos e políticas públicas

a. Tipos de moradia e acesso a serviços básicos

Em relação ao tipo de moradia no Nordeste e no Norte, a maior parte das comunidades (44%) encontra-se em abrigos; no Sudeste metade das comunidades mapeadas está em abrigos e a outra metade mora em casa alugada. No Centro-Oeste, a maioria vive em casa alugada (89%) e, no Sul, todas as comunidades habitam em casas alugadas.

GRÁFICO 8. Tipos de moradia das comunidades por região (%)*



Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

*Para melhor visualização, foram retirados 2 casos que responderam "outros"

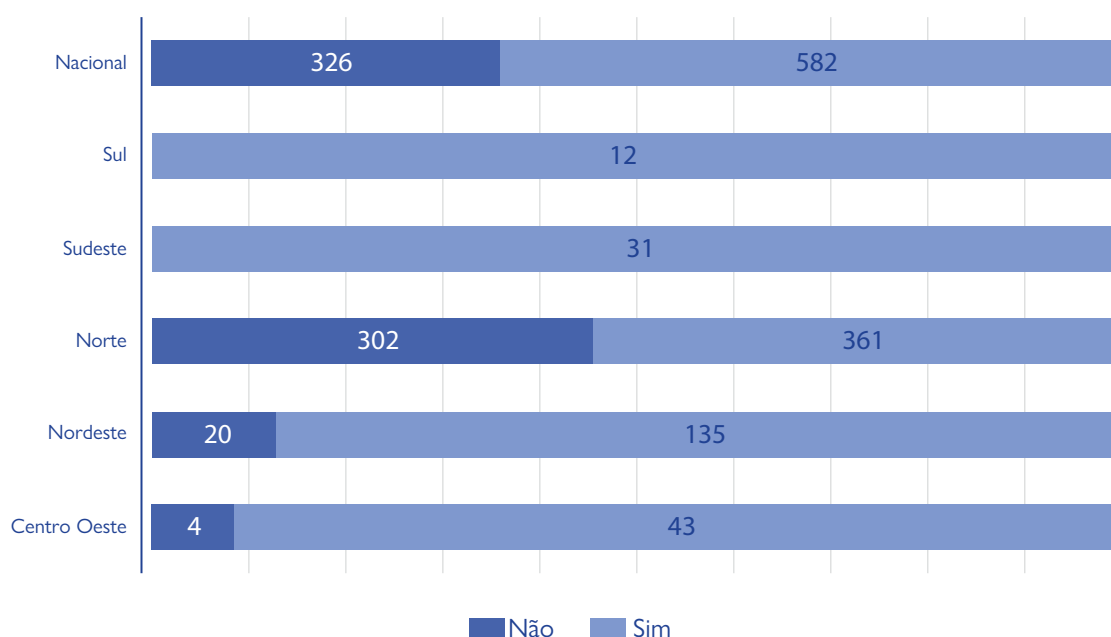
Em relação aos serviços disponíveis no local de moradia, 9% das comunidades não têm acesso à água potável e à energia elétrica, e todas encontram-se na região Norte do país. Além disso, 22% das comunidades não contam com tratamento de esgoto (19% no Norte e 3% no Nordeste). Já em relação ao gás de cozinha, 55% das comunidades não possuem acesso, das quais 36% estão no Norte, 13% no Nordeste e 6% no Sul. Das comunidades que não acessam gás de cozinha, 49% se encontravam em abrigos, 20% em casas alugadas, 11% em ocupações, 11% em casas de indígenas e 9% sem moradia.

Além disso, 30% das comunidades não possuem tanque para lavar roupas, distribuídas entre Norte (14%), Nordeste (8%), Sul (5%) e Sudeste (3%). Chama a atenção que o acesso à internet é um desafio em todas as regiões, embora em diferentes graus, pois 50% das comunidades informaram ter acesso (30% no Norte, 9% no Nordeste, 6% no Centro-Oeste, 3% no Sudeste e 2% no Sul).

b. Assistência Social

Entre os serviços e as unidades socioassistenciais acessados pelas comunidades, verificou-se que **66% das comunidades acessam o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)** e 23% o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). No universo de famílias da pesquisa, 64% afirmaram estar cadastradas no CadÚnico em 2022. Dessas, 40% se encontrava no Norte e 15% no Nordeste. Destaca-se, ainda, que as comunidades já receberam atendimentos de assistência social em abrigos para indígenas (40%), abrigos para migrantes (32%) e em abrigos para população em situação de rua (9%).

GRÁFICO 9. Famílias cadastradas no CadÚnico por região (n)



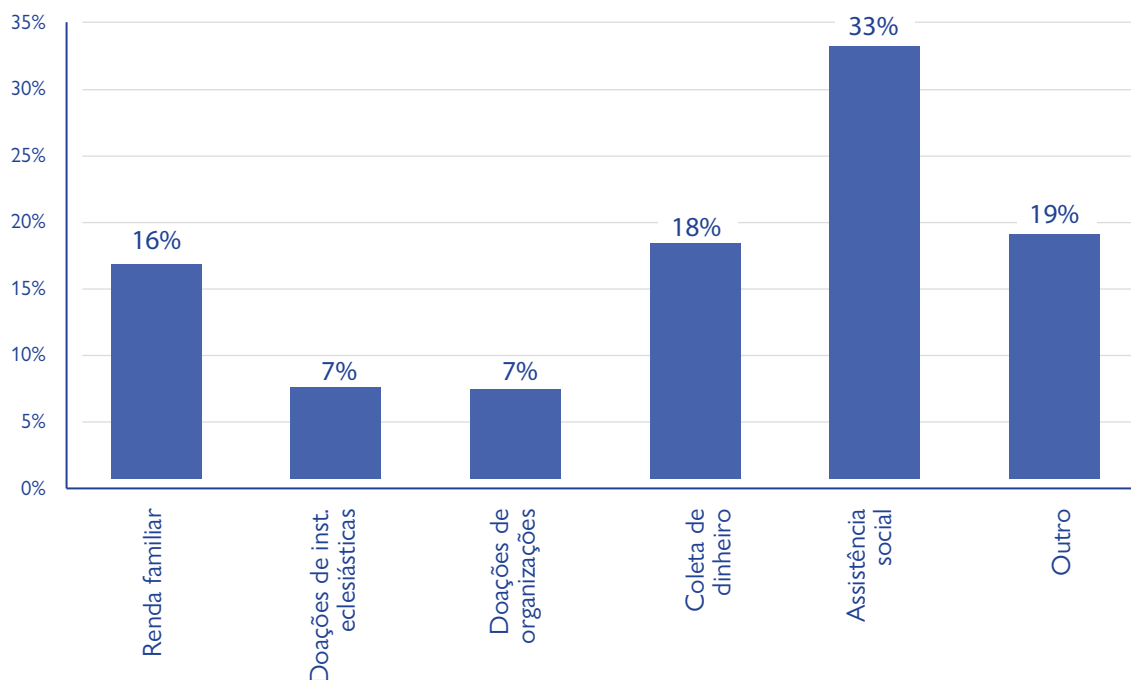
Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

Entre as famílias participantes do levantamento, 63% informaram ter acesso a benefícios do governo brasileiro. Essas famílias encontram-se principalmente no Norte (64%) e no Nordeste (22%), seguidas pelo Centro-Oeste (7%), Sudeste (5%) e Sul (2%). Enquanto a pesquisa realizada em 2021 mostrou que 14% das famílias tinham acesso ao Programa Bolsa Família (então denominado Programa Auxílio Brasil), em 2022, verifica-se um aumento no acesso a este programa de transferência de renda do governo federal, com o percentual de acesso identificado de 61%.

Das famílias entrevistadas, um terço (32%) declarou ter baixa dificuldade para garantir sua alimentação diária. **Outros 32% indicaram uma dificuldade média, e 36% informaram ter uma alta dificuldade.** Das famílias, 70% afirmaram ter três refeições por dia, enquanto 19% das famílias afirmaram ter duas refeições, 6% quatro refeições e 4% uma refeição por dia.

As principais fontes para conseguir alimentos indicadas pelas famílias foram a política de assistência social (33%), seguida pela coleta de dinheiro nas ruas² (18%) e demais renda familiar (16%).

GRÁFICO 10. Principal fonte: para conseguir alimentos (%)



Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

As famílias informaram que seus principais gastos são alimentação (31%), farmácia (20%), roupas (14%) e transporte (12%).

c. Inclusão socioeconômica

A inclusão socioeconômica apresenta uma série de desafios, devido à situação de vulnerabilidade desta população. A principal fonte de renda³ das famílias é a arrecadação de dinheiro nas ruas ou “coleta” (35%), trabalho assalariado informal e doações de dinheiro (ambas com 17%), e o trabalho empreendedor informal (8%).

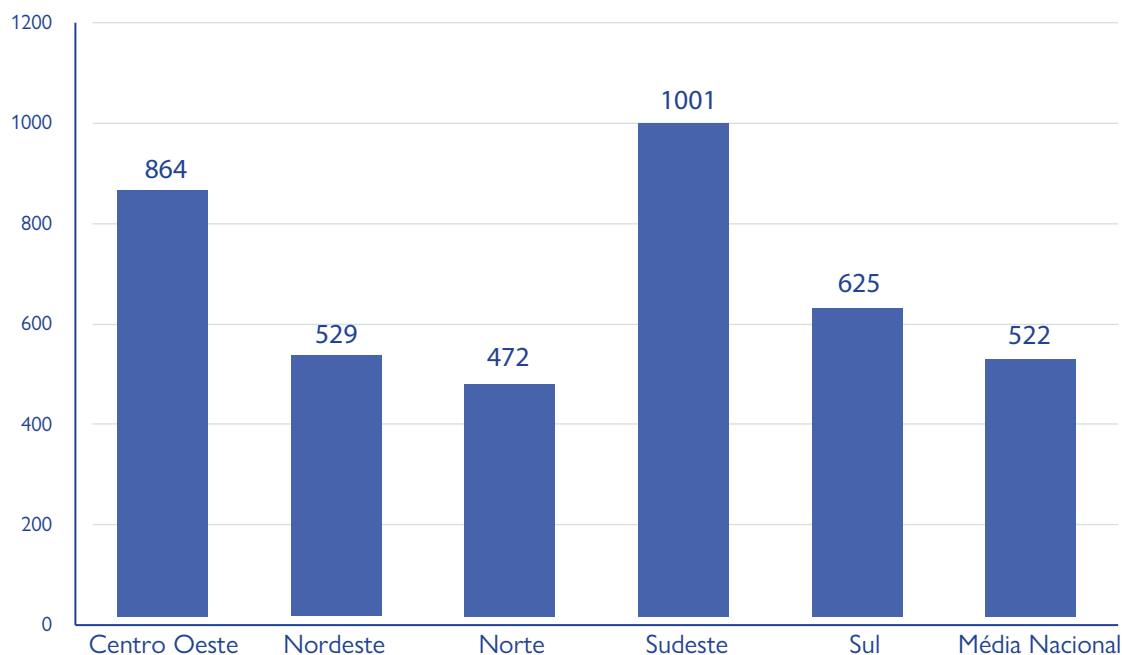
Quando perguntadas se tinham enviado remessas de dinheiro à Venezuela no último mês, 30% das famílias afirmaram que sim. Destas, a maioria encontrava-se no Norte (65%) e no Nordeste (20%). A média nacional do valor das remessas mensais é de R\$ 184, sendo que o menor valor transferido internacionalmente foi R\$ 30 e o maior foi R\$ 2.000.

² Coleta de dinheiro nas ruas é uma prática da etnia Warao, na qual “as mulheres Warao consideram que o ‘pedir real’ implica em cultivar e colher um recurso que não possuem. Além disso, existe toda uma logística para a coleta de dinheiro em suas ‘correrias’ que implica como e quando fazer as viagens, uma organização familiar interna, a programação do itinerário e uma distribuição das tarefas entre os parentes” (tradução nossa). Hortensia Caballero Arias. La Mujer Warao: De recolectora del tana a recolectora urbana. (2008). Cecilia Ayala LaféeWilbert y Werner Wilbert. Caracas: ICAS, Fundación La Salle de Ciencias Naturales. Antropológica, tomo LII n° 110, 2008, p. 149-152.

³ A renda familiar pode ser composta por trabalho remunerado, seja formal ou informal, ou por outros meios de subsistência cujo aporte se dê em dinheiro (e não em alimentação, moradia ou equivalente).

Em 2022, o salário mínimo estabelecido no Brasil era de R\$ 1.302. **A renda mensal média das famílias indígenas entrevistadas era de R\$ 522.** O Norte é a única região abaixo dela, como pode ser observado no gráfico a seguir. O fato de que, em nenhuma região, a média de renda mensal alcança o salário mínimo nacional reforça o diagnóstico da situação de vulnerabilidade em que se encontram as famílias participantes da pesquisa.

GRÁFICO 11. Média de renda mensal familiar por região (reais)



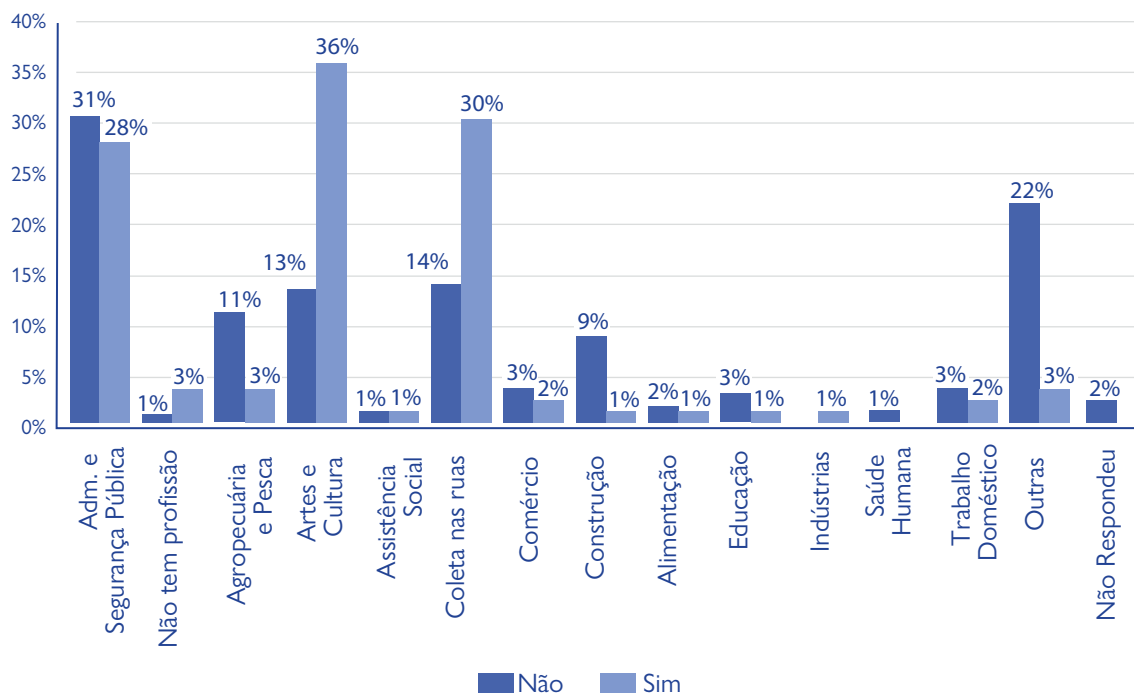
Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

No momento da pesquisa, apenas 7% (302) das pessoas haviam realizado algum trabalho remunerado nos últimos sete dias, enquanto 60% não realizaram trabalho remunerado, e outros 33% não responderam. **Constatou-se que 34% das mulheres estavam desempregadas, em comparação com 27% dos homens⁴.** Se por um lado o trabalho informal predomina entre os homens (64%), a presença de empreendedoras mulheres (16%) é quase o dobro da dos homens (9%). As duas rodadas da pesquisa, de 2021 e 2022, mostraram que, para ambos os sexos, prevaleceram os vínculos de trabalho informal.

Das 302 pessoas que informaram já ter trabalhado ou desenvolvido atividades para obter recursos financeiros no Brasil, os tipos de atividades remuneradas mais citados foram nas áreas de artes e cultura (18%), agropecuária e pesca (7%) e construção (5%). Ainda, destaca-se que a atividade de coleta de dinheiro nas ruas correspondeu a 17% do total. As mulheres destacam-se por ter desenvolvido atividades com arte e cultura (36%) e coleta nas ruas (30%); já os homens, em agropecuária e pesca (11%) e no ramo da construção civil (9%).

Ainda entre as 302 pessoas que já trabalharam no Brasil, a maioria declarou não ter uma profissão (26%). A declaração de falta de profissão é mais presente entre os homens (31%) do que entre as mulheres (28%).

⁴ Identificou-se que a “coleta nas ruas” é um trabalho na perspectiva indígena, por parte dos membros da etnia Warao (que representam 71% das pessoas mapeadas na pesquisa).

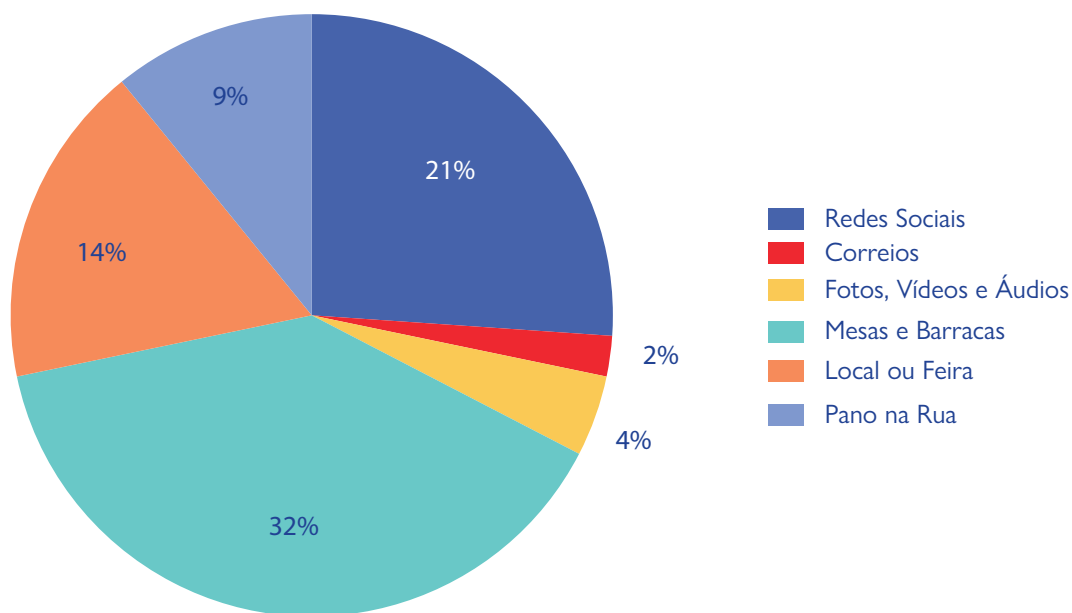
GRÁFICO 12. Trabalho ou atividade que já realizou no Brasil, por sexo (%)

Fonte: DTM Nacional – Pessoas, novembro de 2022.

Nas 40 comunidades que afirmaram existir trabalhos e/ou atividades realizados apenas por mulheres (61,5%), o artesanato foi a atividade mais mencionada (77,5%), seguida pela costura (47,5%), coleta de dinheiro na rua (30%) e agricultura (22,5%). Essas atividades foram observadas em comunidades no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste, com destaque para o artesanato no Norte e Nordeste.

Por fim, ainda sobre a inclusão socioeconômica dessa população, 66% das comunidades afirmaram produzir artesanato para a venda. O principal produto necessário para as comunidades que vendem artesanato é a fibra de buriti (74%), além de miçangas coloridas (67%), fios de lã (44%) e tecidos (37%).

Entre as comunidades que vendem artesanato, 26% informaram que só as mulheres realizam essa atividade. O principal meio para a venda é a exposição dos artesanatos, que pode ocorrer em mesas e barracas (32%), locais públicos ou feiras (14%) e em panos apoiados no chão na rua (9%). **Chama a atenção que 21% das comunidades utilizam as redes sociais (WhatsApp, Facebook, outros) para a venda de seus produtos.** Por fim, 30% das comunidades aceitam unicamente pagamento em dinheiro, 7% unicamente em cartão à vista, e 7% das comunidades aceitam ambas as formas de pagamento.

GRÁFICO 13. Formas de venda de artesanato (%)*

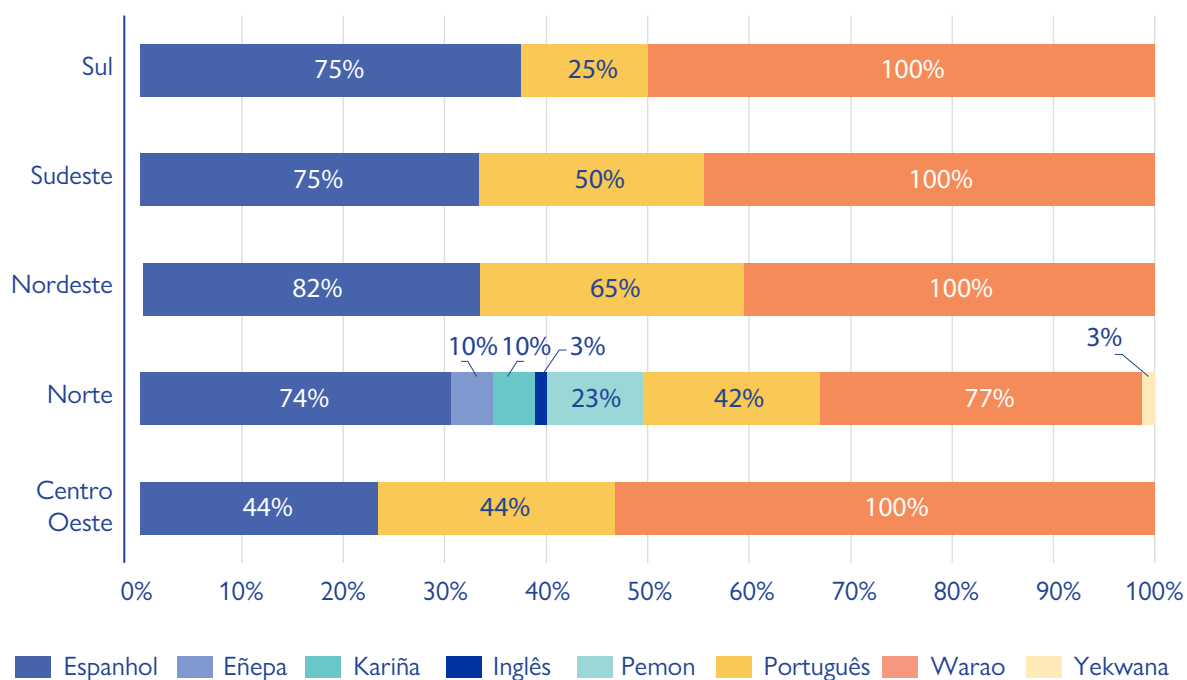
Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

*Para melhor visualização, o gráfico não apresenta 11 casos das categorias Outros e Não Respondeu, que somam 19%.

d. Cultura e Idiomas

Das comunidades, 28% afirmaram que não têm conseguido praticar suas atividades culturais, um problema que aparece com maior frequência nas regiões Sudeste e Sul. Entre os motivos apresentados, os mais frequentes são a falta de roupas tradicionais e de espaços apropriados para as práticas culturais (ambos 44%), seguidos das condições econômicas das comunidades (39%). Por fim, **86% desejam continuar adquirindo conhecimentos sobre a língua e tradições indígenas de origem.**

O levantamento identificou oito línguas faladas pelos membros das comunidades participantes. A diversidade linguística interna das comunidades é grande: **72% das comunidades reúnem falantes de pelo menos duas línguas, chegando a até cinco línguas em um dos casos.** Levando-se em conta a grande proporção de comunidades da etnia Warao no universo da pesquisa, conforme esperado, a língua warao é a mais presente entre as línguas indígenas, sendo falada por 38% das comunidades, seguida da língua do pemón, com 5%. **○ espanhol é falado por 31% das comunidades e o português por 20,5%.**

GRÁFICO 14. Línguas faladas na comunidade por região (%)*

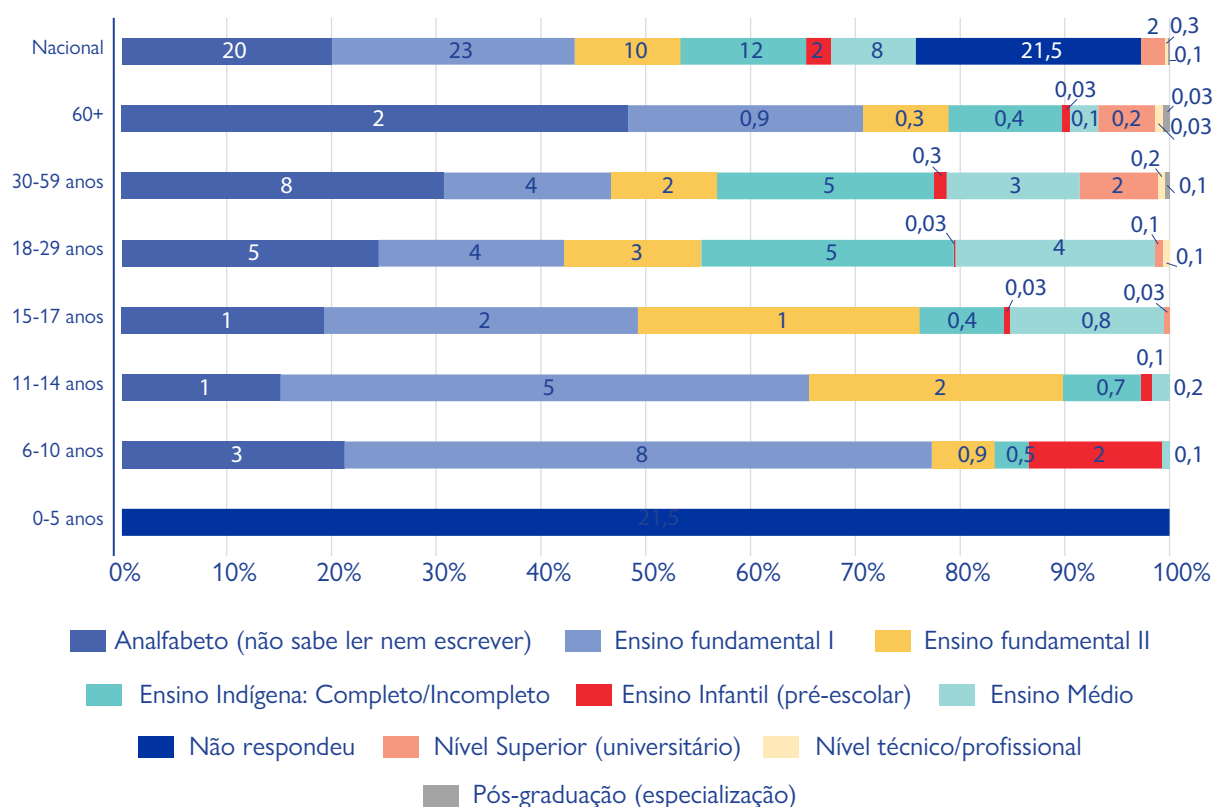
Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

* A soma das porcentagens das línguas faladas por região não dá 100%, pois a contagem foi calculada em base a uma pergunta múltipla, já que a comunidade podia contar com mais de uma língua falada.

e. Educação

Grande parte das pessoas mapeadas cursou até Ensino Fundamental 1 (23%), enquanto 20% afirmaram não saber ler nem escrever. É interessante observar que 12% cursaram o ensino indígena. O Ensino Fundamental II (10%) e o Ensino Médio (8%) também tiveram uma presença significativa. Por fim, apenas 2% cursaram o ensino superior universitário, além do nível técnico (0,3%) ou pós-graduação (0,1%).

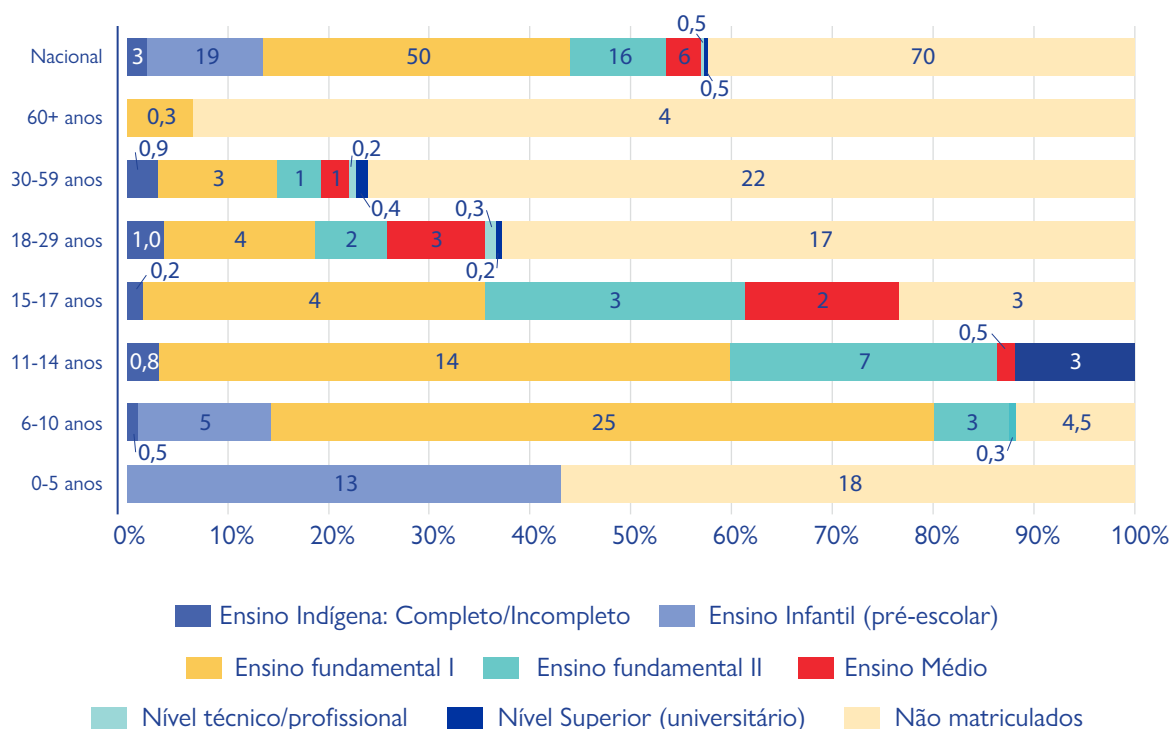
GRÁFICO 15. Escolaridade, por idade (%)



Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

No momento da pesquisa, apenas 30% (1.111 pessoas) estavam matriculadas em alguma instituição de ensino no país, tendo a maior parte destas pessoas seis anos ou mais. No entanto, 42% das pessoas que não estão matriculadas afirmam ter interesse em continuar os estudos. **Os dados de acesso à educação indicam uma maior prevalência de pessoas de 6 a 17 anos frequentando algum tipo de ensino (65%).** Na faixa de 0 a 5 anos, 81,5% das crianças não estavam matriculadas na creche no momento da pesquisa.

GRÁFICO 16. Nível de ensino no qual as crianças e adolescentes estão matriculadas por idade (%)



Fonte: DTM Nacional – Pessoas, novembro de 2022.

A análise das matrículas por faixa etária permite novamente perceber a relação da idade com o grau de escolaridade. Entre as pessoas de 6 a 17 anos, sobressai a proporção das matriculadas no Ensino Fundamental I (50%) e II (16%). A porcentagem de matriculadas no Ensino Infantil pré-escolar é 18% (contando com as crianças de 0 a 6 anos). É interessante observar que 6% estavam matriculadas no Ensino Médio e 3% no ensino indígena.

Entre os adultos matriculados, de 18 a 70 anos, 12% estavam matriculados no Ensino Fundamental I e II (11%) e no Ensino Médio (4%). Por outro lado, 39% do total de todos adultos nessa faixa etária não se encontram matriculados em nenhum nível de ensino. Essa é a faixa etária na qual a matrícula no ensino indígena apresenta a maior proporção (2%). Por fim, os idosos estão majoritariamente matriculados no Ensino Fundamental I (0,3%).

O domínio da língua portuguesa é indicado como a principal dificuldade para o acesso à educação no Brasil pelas comunidades mapeadas – especialmente no Sul, onde essa dificuldade foi citado por 75% delas. A inexistência de documentação comprobatória e de histórico escolar ou diploma também foram identificados como dificuldades por 22% e 18% das comunidades, respectivamente. A falta de documentos de identificação própria ou dos

pais foi menos mencionada pelas comunidades, porém de forma mais significativa no Sudeste, onde 50% delas encontraram essas dificuldades. Por sua vez, a negação de realizar a matrícula por parte da instituição de ensino foi a dificuldade menos apresentada pelas comunidades, mas ainda sim esteve mais presente no Sudeste, afetando 25% das comunidades na região.

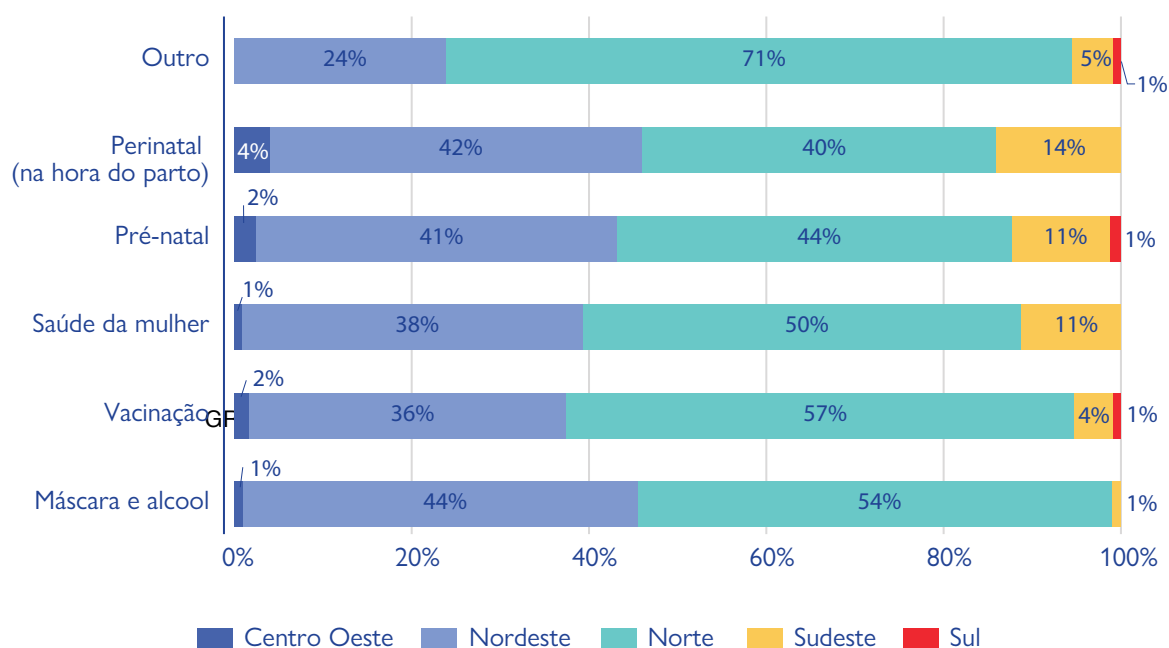
f. Saúde

A maioria das pessoas no universo da pesquisa possui Cartão SUS (95%) e cartão de vacinação (92%). As que não possuem cartão de vacinação são da etnia Warao (7%) e Taurepang (1%) que, ao mesmo tempo, são as etnias com maior presença de pessoas vacinadas (64% Warao e 18% Taurepang).

Por sua vez, 47,5% das famílias declararam terem precisado de atenção médica no Brasil nos últimos três meses anteriores à realização da pesquisa. Os principais tipos de atendimento acessados foram clínica geral (40%), pediatria (23%), ginecologia (12%) e atendimento nutricional (6%).

O serviço de saúde mais acessado pelas famílias foi a vacinação (28%), junto com a categoria de outros serviços (27%). Seguem serviços relacionados à saúde da mulher (13%) e o acesso a máscaras e álcool (12%). É interessante observar que o acesso ao pré-natal é de 10%, porém o perinatal é de quase a metade (6%), o que indica haver um índice baixo no acompanhamento durante a gravidez e uma porcentagem ainda menor durante o parto.

GRÁFICO 17. Serviços de saúde nos quais as famílias foram atendidas por região (%)*



Fonte: DTM Nacional – Famílias, novembro de 2022.

*Para melhor visualização, foram retirados do gráfico 25 casos de “Não Respondeu”.

Quando perguntados sobre as dificuldades encontradas para acessar os serviços de saúde no Brasil, os respondentes indicaram a demora no atendimento e/ou agendamento das consultas (52%), dificuldades com o idioma português (45%) e falta de informação (25%).

A maioria das comunidades afirmou que os idosos (61,5%), as mulheres (78,5%) e as crianças (78,5%) acessam serviços específicos. Porém, houve comunidades que indicaram existirem impedimentos culturais que não permitiam o acesso a serviços médicos específicos de saúde por parte dos idosos (5 comunidades), crianças (4) e mulheres (3); nenhuma vez foi respondida a opção de que “os homens não autorizam” as mulheres ou as famílias a acessarem os serviços.

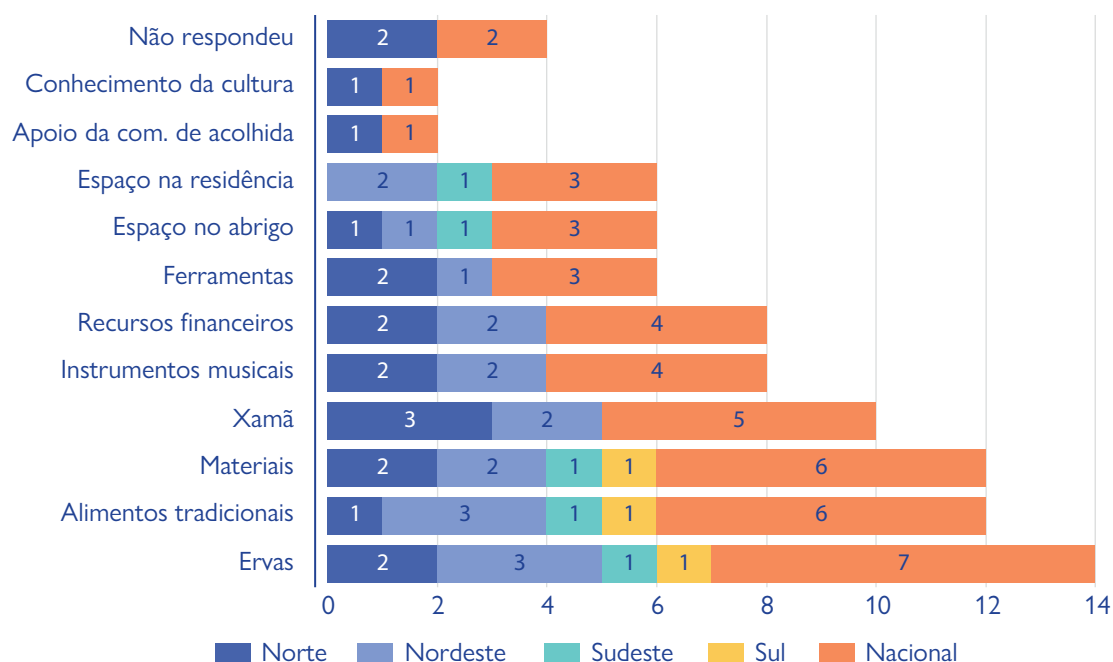
Em relação à saúde reprodutiva, no momento da pesquisa, 5% das mulheres estavam grávidas (60 mulheres) e 68% delas estavam sendo assistidas durante a gravidez. No momento da pesquisa, a mulher grávida mais jovem tinha 14 anos e a mais velha tinha 43 anos. **A maior parte das mulheres gestantes tinham entre 18 a 24 anos (40%),** seguidas por mulheres de 25 a 30 (33%), de 31 a 35 (12%), de 36 a 40 (5%) e de 41 a 45 (3%). **Porém, chama a atenção que 7% delas são menores de idade,** correspondendo a um caso de uma mulher de 14 anos, dois casos de mulheres de 16 anos e um caso de uma mulher de 17 anos.

Entre as mulheres que já haviam realizado o parto, 63% informaram que ela e a criança estavam sendo assistidas no Brasil depois do nascimento. **Do total de mulheres, 23% estavam amamentando (282 mulheres) e, destas, 34% não haviam sido assistidas no Brasil após a gravidez (95 mulheres).**

Das comunidades mapeadas, 49% declararam que pelo menos um membro faleceu no Brasil, no último ano. De acordo com as entrevistas, no total, 77 pessoas das comunidades vieram a óbito (2%), um número menor em comparação com o total de 189 óbitos registrados em 2021 (5%), na edição anterior da pesquisa.

Dos líderes de comunidade, 75% afirmaram acessar práticas próprias de saúde indígena e o restante dos casos respondeu negativamente. Os principais motivos pelos quais a comunidade não tem conseguido praticar seus métodos de saúde indígena são a falta de ervas (7 casos), de alimentos tradicionais e materiais (ambos com 6) e a ausência de xamã (5). Ainda, 32% das comunidades declararam ter um xamã na comunidade e, em média, cada comunidade conta com dois. Quanto às comunidades que afirmaram não ter um xamã, cinco indicaram que este era um desafio para acessar as práticas de cura, mas sete comunidades não informaram essa ausência como uma dificuldade.

GRÁFICO 18. Principais motivos para as comunidades não realizarem práticas tradicionais de saúde por região (n)*



Fonte: DTM Nacional – Comunidades, novembro de 2022.

*Para melhor visualização, foram retirados 02 casos de “Não Respondeu”.

Em casos de doença, 46% das comunidades procuram ambas as práticas de cura: próprias da comunidade e atendimento nos serviços de saúde brasileiros. As comunidades que informam escolher entre uma ou outra (53%) se dividem homogeneamente, com a escolha por curas próprias das comunidades correspondendo a 28% e por atendimento em serviços de saúde a 25%. Por outro lado, quando os líderes que responderam buscar ambas as práticas foram perguntados sobre qual alternativa de cura procurariam primeiro, 77% escolheram as práticas de cura da comunidade.

O relatório geral também oferece dados desagregados que aprofundam as características apresentadas neste Resumo Executivo sobre as motivações para a migração e suas características. A busca por emprego, em especial, é uma das principais motivações para sair da Venezuela (25%), vir ao Brasil (12%) ou migrar internamente entre as cidades brasileiras (27%). O relatório também apresenta um maior detalhamento sobre a insegurança alimentar, aspectos de proteção no acompanhamento dos fluxos migratórios mapeados e as principais dificuldades enfrentadas no acesso às políticas públicas no Brasil, como os desafios linguísticos. Além disso, apresenta os interesses profissionais e expectativas em relação à continuidade dos estudos, às atividades de geração de renda, às condições de saúde e à necessidade de uma abordagem intercultural que contemple a cosmologia desses povos.



Para saber mais sobre o Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil ou o Relatório "Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil", aponte a câmera do seu celular para o QR Code e conheça essas e outras publicações da OIM sobre o tema: bit.ly/migracaoindigena

ISBN: 978-65-87187-23-5

CBL



9 786587 187235

DTM



Esta atividade é financiada pelo Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM)



MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO